

José Cruz



Senadores acompanham exposição dos participantes de audiência pública na Comissão de Infraestrutura

Projeto combate combustível adulterado

Objetivo da fiscalização proposta pela CI é atacar a adulteração antes da chegada do produto às bombas de abastecimento

As empresas de distribuição de combustíveis deverão passar por fiscalização anual, conforme proposta aprovada ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Se for constatada a venda de combustíveis adulterados, a fiscalização se estenderá a toda a rede de postos de revenda atendida pela distribuidora. Segundo o relator da matéria – que será examinada agora pela Comissão de Fiscalização e Controle –, a adulteração ocorre principalmente antes da chegada do produto às bombas das revendas. A CI acolheu também projeto, já aprovado pela Câmara dos Deputados, que reorganiza o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. **7**

Mineração aposta em recuperação da economia e crescimento da demanda

O setor de mineração trabalha com perspectiva de crescimento, acreditando na recuperação da economia mundial e no aumento da demanda nacional, segundo especialistas que participaram ontem de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura. Os convidados sugeriram medidas para fomentar

a produção nacional de fertilizantes e incentivar o consumo de cimento por meio de políticas habitacionais. Durante a audiência, o senador Delcídio Amaral propôs a criação de uma agência reguladora para acompanhar a mineração. Ele observou que o setor desempenha papel importante nas exportações. **7**

Azeredo diz que acusação de mensalão mineiro se baseia em recibo falso

“Nunca assinei esse recibo”, afirmou ontem o senador Eduardo Azeredo sobre documento incluído na acusação contra ele, de envolvimento em um suposto “mensalão mineiro”, em exame no Supremo Tribunal Federal. **5**



José Cruz

Senado aprovou 260 matérias em outubro

A emenda constitucional que libera mais dinheiro para a educação, com a extinção gradual da Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre o setor, é uma das 260 matérias aprovadas pelo Senado em outubro. Das propostas aprovadas, 21 foram enviadas à sanção presidencial e 25 remetidas à Câmara dos Deputados. Outras 145 estão sendo promulgadas. **2**

Sarney nega quebra da harmonia entre Poderes

A harmonia entre os Poderes jamais pode ser quebrada, afirmou o presidente do Senado, José Sarney, ao fim de visita ao presidente do Supremo, Gilmar Mendes, em que comunicou o cumprimento da decisão de empossar Acir Gurgacz. **5**



Gerardo Magela

Sarney (C) empossa Acir Gurgacz (2º à esq.); desfecho de um longo processo que afastou Expedito Júnior do Senado

Senado apressará propostas contra aquecimento

Sarney promete à presidente da Comissão sobre Mudanças Climáticas agilizar votação de projetos que apoiam a posição a ser defendida pelo Brasil na conferência de Copenhague. **3**

Subcomissão de Segurança aprova plano de trabalho

Proposto por Tasso Jereissati, plano inclui a avaliação do Sistema Nacional de Segurança e debates sobre orçamento, combate ao tráfico de drogas e à corrupção policial. **8**

Propostas acolhidas tratam de responsabilidade social, verbas para educação, entidades beneficentes e olimpíadas

Senado aprovou 260 matérias em outubro de 2009

O SENADO APROVOU 260 matérias no mês de outubro. Entre elas, destaca-se a aprovação da proposta de emenda à Constituição que acaba com a Desvinculação de Receitas da União (DRU) no setor da educação. Com a aprovação da medida (PEC 96-A/03), da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que vai à promulgação, o governo fica obrigado a acrescentar ao orçamento da área um montante de mais de R\$ 9 bilhões, que vinham recebendo outro destino. Também vai à promulgação a PEC 87-A/03, que transfere para a União os servidores do ex-território de Rondônia, benefício que já havia sido concedido aos demais ex-territórios.

A aprovação do chamado "Ato Olímpico" (PLC 128/09) foi primordial para que o presidente Lula pudesse garantir ao Comitê Olímpico Internacional o cumprimento, pelo governo, das condições necessárias à rea-

lização das Olimpíadas de 2016 na cidade do Rio de Janeiro. Também foi à sanção o substitutivo da Câmara a projeto (PLS 20/05) de Flávio Arns (PSDB-PR) que elimina a obrigatoriedade de renovação, a cada três anos, do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social para fins de isenção tributária.

Foi aprovada ainda a PEC 29/03, enviada à Câmara. O texto de Lúcia Vânia (PSDB-GO) estabelece a avaliação dos objetivos da ordem social com base em indicadores de responsabilidade social. A medida abre caminho para a criação de uma Lei de Responsabilidade Social.

Das matérias aprovadas, 21 foram enviadas à sanção presidencial e 25 remetidas à Câmara. Outras 145 estão sendo promulgadas: além das duas PECs, 121 concessões de telecomunicações, 16 acordos internacionais, cinco operações de crédito e um projeto de resolução.

Matérias aprovadas

Veja algumas das principais matérias votadas terminativamente pelo Senado em outubro

Proposta	Autor	Objetivo	Destino
PEC 96-A/03	Senadora Ideli Salvatti	Extingue a DRU na educação	Foi à promulgação
PEC 87-A/03	Câmara dos Deputados	Transfere para União os servidores do ex-território de Rondônia	Foi à promulgação
PEC 29/03	Senadora Lúcia Vânia	Cria avaliação da ordem social baseada em indicadores de responsabilidade social	Foi à Câmara dos Deputados
PLS 20/05	Senador Flávio Arns	Elimina necessidade de renovação a cada três anos de certificado de entidade beneficente	Foi à sanção presidencial
PLS 231/09	Senador José Agripino	Inclui o ensino obrigatório de Geriatria nos cursos de Medicina, com carga horária mínima de 120 horas	Foi à Câmara dos Deputados
PLS 258/08	Senador Cristovam Buarque	Coloca, entre as finalidades da educação superior, seu envolvimento com a educação básica	Foi à Câmara dos Deputados
PLC 42/09	Deputado Maurício Rands	Proíbe que aluno seja matriculado ao mesmo tempo em duas universidades públicas	Foi à sanção presidencial
PLC 179/09	Poder Executivo	Cria a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)	Foi à sanção presidencial
PLS 61/08	Senador Sérgio Zambiasi	Suprime, nas separações judiciais, a necessidade de audiência de ratificação	Foi à Câmara dos Deputados
PLS 236/06	Senador Demostenes Torres	Permite aos cônjuges alterar o regime de bens, quando lhes aprovar	Foi à Câmara dos Deputados
PLS 68/08	Senador Demostenes Torres	Obriga a administração pública a colocar no sítio eletrônico informações sobre todos os atos sujeitos a recursos	Foi à Câmara dos Deputados
PLC 128/09	Poder Executivo	Institui o Ato Olímpico, para oferecer garantias à realização, no Rio de Janeiro, das Olimpíadas de 2016	Foi à sanção presidencial
PLS 253/09	Senador Expedito Júnior	Regulamenta a transmissão de permissão para explorar serviço de táxi	Foi à Câmara dos Deputados
PLS 310/07	Senador Neuto de Conto	Cria o Fundo Nacional de Apoio a Bibliotecas (Funab)	Foi à Câmara dos Deputados
PLS 372/07	Senador Renato Casagrande	Autoriza a União a criar a Escola Nacional de Segurança Pública e Proteção Social	Foi à Câmara dos Deputados
PLC 166/09	Poder Judiciário	Reajusta subsídios de ministro do Supremo Tribunal Federal	Foi à sanção presidencial
PLC 167/09	Ministério Público	Reajusta subsídios do procurador-geral da República	Foi à sanção presidencial
PLS 296/08	Senador Gerson Camata	Obriga os estabelecimentos de locação de terminais de computadores – as <i>lan houses</i> – a manter cadastro de seus usuários	Foi à Câmara dos Deputados
PLS 334/06	Senador César Borges	Permite que o saldo a restituir apurado na declaração do Imposto de Renda Pessoa Física possa ser compensado com débitos tributários do contribuinte	Foi à Câmara dos Deputados



Sessão solene celebra data escolhida em homenagem ao nascimento do escritor, jurista, político e diplomata Rui Barbosa

Congresso comemora o Dia Nacional da Cultura

Em sessão solene, o Congresso comemorou ontem o Dia Nacional da Cultura, que coincide com o nascimento do escritor, político, jurista e diplomata Rui Barbosa, ocorrido no dia 5 de novembro de 1849, em Salvador. A sessão foi proposta por Serys Slhessarenko (PT-MT).

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou que a riqueza de um país não seja medida pelo número de cinemas, teatros, salas de exposições e outras atividades culturais, mas pela quantidade de fábricas que possui. Por isso, defendeu a realização, pelo Congresso, de uma vigília com a participação de artistas, a fim de despertar a população sobre a importância da cultura

Mão Santa: no Piauí, universidades estão "desmanteladas"

Mão Santa (PSC-PI) saudou ontem a passagem do Dia da Cultura e lembrou que a data homenageia o jurista Rui Barbosa, patrono do Senado Federal brasileiro, falecido em 1923.

O senador afirmou ter sido, quando governador do Piauí, "um dos homens que mais desenvolveram o ensino universitário no país".

– Plantei a semente mais importante: a semente do saber – declarou.

Mão Santa disse que, quando governou o Piauí, foi responsável pela construção de 400 faculdades e 36 *campi* avançados, que teriam sido "desmantelados" pela atual administração do PT no estado.

– O Piauí está decepcionado, mas resta a esperança. Vamos ter alternância no poder.

Alvaro Dias pede solução para fundos de pensão

O governo não auxilia os pensionistas dos fundos Aeris, dos trabalhadores da Varig, e Aeris, que congrega trabalhadores das antigas Vasp e Transbrasil, disse Alvaro Dias (PSDB-PR).

O senador informou que, em reunião na quarta-feira, no gabinete de Paulo Paim (PT-RS), o representante da Advocacia-Geral da União disse que, no encontro de contas com esses fundos de pensão, o governo tem mais a receber do que a pagar.

– É surpreendente, porque o governo foi interventor, uma intervenção desastrosa, que arrombou os cofres dos fundos – disse o senador. Segundo Alvaro, o governo encontrou solução para a Varig, para a Vasp, para a Transbrasil, para os patrões, mas não faz o mesmo pelos trabalhadores dessas companhias.

no cotidiano do cidadão e do desenvolvimento sustentável do país.

– Um povo sem cultura é um povo sem alma, que se afoga na produção material de sua economia – afirmou Cristovam.

Mão Santa (PSC-PI) cobrou do governo uma divisão mais equânime dos recursos federais para as várias atividades culturais. Ele lamentou ainda que 90% das cidades brasileiras não possuam uma livraria.

Apartheid cultural

A homenagem contou com a presença do ministro da Cultura, Juca Ferreira, que lamentou a existência no país de um "apartheid cultural". Como exemplo,

informou que menos de 10% da população tem acesso a museus e que 17% dela compra livros. O ministro também criticou a concentração de salas de cinema em *shopping centers*. Para ele, é ali "que é vendida a pipoca mais cara do mundo". Por isso, anunciou a disposição de lutar pelo ressurgimento de uma nova indústria de exibição cinematográfica destinada a atender a grande maioria da população, especialmente a mais pobre.

Também participaram da sessão solene o ator Sérgio Mamberti, presidente da Fundação Nacional de Artes (Funarte), e a cantora Sandra de Sá, que representou a classe artística.

TV Senado exhibe documentário em homenagem a Lévi-Strauss

Em homenagem ao pensador belga Claude Lévi-Strauss – que morreu no último dia 30, cerca de um mês antes de completar 101 anos – a TV Senado retransmitiu, neste sábado, às 23h30, e no domingo, às 10h, o documentário *Saudades do Brasil*, que faz uma reconstrução da experiência que o antropólogo teve no país, no início da carreira, e conta com uma entrevista exclusiva com o próprio Lévi-Strauss.

Produzido em 2005, com pesquisa, roteiro e direção de Maria Maia, o programa traz ainda os depoimentos de Antonio Candido, Jean Malaurie (editor de *Tristes Tropiques*, uma das principais obras do antropólogo), Manuela Carneiro, Eduardo Viveiros de Castro e outros. Além disso, tem a participação especial de Caetano Veloso e da atriz Juliana Carneiro da Cunha.

Lévi-Strauss chegou ao Brasil em 1935, integrando o segundo grupo de professores europeus que vieram dar aula na recém criada Universidade de São Paulo (USP). Nessa época, organizou, com o apoio do escritor Mário de Andrade, as famosas expedições ao território dos povos indígenas Bororo, Kadiwéu

e Nambiquara. As experiências e registros dessas viagens foram relatados 15 anos depois, no livro *Tristes Tropiques*.

Documentário de duas horas de duração, *Saudades do Brasil* refaz o percurso brasileiro de Claude Lévi-Strauss com base em uma entrevista inédita com o próprio antropólogo, em seu escritório em Paris – uma sala bem iluminada por uma janela enorme, lateral à mesa onde ele trabalhava diariamente. No local, a equipe da TV Senado registrou a rotina do pensador, que alternava o trabalho diário nesse escritório em casa com duas ou três idas semanais ao minúsculo escritório no mezanino da biblioteca da École des Hautes Études. Nesse local, ele trabalhava cercado de objetos que comprovavam suas saudades do Brasil: pequenas cerâmicas Kadiwéu, mapa da América do Sul na parede, uma brasileira na estante com obras de Guido Boggiani, Mário de Andrade, Euclides da Cunha e outros clássicos.

A TV Senado também colocou a íntegra de *Saudades do Brasil* na página www.senado.gov.br/tv. O documentário está disponibilizado para cópia.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão, às 9h, é não deliberativa e destina-se a pronunciamentos de senadores. Entre os oradores inscritos, estão Cristovam Buarque (PDT-DF) e Romeu Tuma (PTB-SP).

Presidência

José Sarney recebe, às 11h30, o ex-senador Murilo Badaró, membro da Academia Mineira de Letras, além do embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima e do ministro Patrus Ananias, entre outras autoridades.



Senador lembra a proposta que aumenta recursos para educação

Cristovam ressalta sanção de várias matérias relevantes

Cristovam Buarque (PDT-DF) comemorou ontem a aprovação e sanção, nas duas últimas semanas, de vários projetos de lei que considera relevantes. Uma dessas propostas é a que cria a "cesta do livro". Semelhante à cesta básica de alimentos, cada família cadastrada receberá dois livros por bimestre, por meio do Ministério da Educação.

Depois de lembrar que o projeto é autorizativo, o que permite ao presidente da República adotar ou não a medida, o senador disse esperar que Lula assumira a iniciativa como sua, tendo em vista o apoio unânime da comunidade literária. Ele também destacou o incentivo que a proposta representa aos escritores, que poderão ter suas tiragens significativamente aumentadas.

Cristovam ainda comemorou o projeto que dá o nome de Honestino Guimarães, "um dos poucos heróis desse país", conforme afirmou, a uma das estradas que saem de Brasília. Ele disse que o líder estudantil, que foi preso pelo regime militar há 20 anos no campus da UnB, até hoje está desaparecido.

O parlamentar elogiou também, entre outros, projeto da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) que acaba com a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que retira recursos da educação para fazer superávit.

Em aparte, Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que, como relatora da matéria, precisava destacar a importância de Cristovam na consolidação do projeto.

Lúcia Vânia elogia atuação do prefeito de Porangatu

Lúcia Vânia (PSDB-GO) elogiou da tribuna o prefeito José Osvaldo da Silva, da cidade de Porangatu (GO), pelo trabalho social no Centro de Recuperação de Alcoolatras (Cerea) e ainda por importantes projetos visando modernizar a infraestrutura urbana do município.

Considerando José Osvaldo, também do PSDB, "uma figura ímpar", a senadora desejou sucesso ao prefeito na sua administração e parabenizou-o pelo seu aniversário.

Lúcia Vânia também registrou visita que Paulo Paim (PT-RS) fará na manhã de hoje à câmara de vereadores de Goiânia para falar sobre o Estatuto do Idoso e projetos em benefício dos aposentados e pensionistas.

Em reunião com Ideli Salvatti, Sarney promete agilizar votação de propostas que dão suporte à posição que o Brasil levará à Conferência Mundial do Clima, em Copenhague

Senado vai apressar projetos sobre mudanças climáticas

O SENADO DEVERÁ agilizar a tramitação dos projetos que dão suporte à posição que o Brasil levará à 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática, a ser realizada em dezembro, em Copenhague. A promessa foi feita ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, em reunião com a presidente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, Ideli Salvatti (PT-SC), e o deputado Colbert Martins (PMDB-BA).

— A possibilidade existe, inclusive pelo compromisso assumido pelo presidente José Sarney de dar encaminhamento em caráter terminativo aos dois projetos — o que institui uma política nacional de mudanças climáticas e o que cria o fundo nacional de mudanças climáticas. Sendo projetos terminativos nas comissões, não precisarão, desde que não haja recurso, ser votados

pelo Plenário. Portanto, nós não ficaremos dependendo das medidas provisórias que trancam a pauta — disse a senadora.

Ideli afirmou que o Brasil precisa apresentar na conferência posições concretas, embaixadas em leis. A seu ver, o país pode dar exemplo ao mundo, mostrando o quanto está preocupado com o aquecimento do planeta, até porque já sente as consequências das mudanças no clima. Ela lembrou que seu estado, Santa Catarina, acha-se bastante afetado pelas alterações climáticas.

— A tendência é que o Senado aprove os projetos dentro do prazo que temos. E que nós possamos chegar à conferência mundial sobre o clima numa posição diferenciada até dos Estados Unidos, cujo presidente vem se recusando a assumir metas de redução de gases porque não consegue fazer com que o Congresso americano vote pro-

jetos semelhantes aos que nós, tenho certeza, vamos aprovar aqui no Brasil.

Piso salarial

José Sarney afirmou na manhã de ontem que, tão logo seja possível, submeterá à votação do Plenário a proposta de emenda à Constituição que fixa um piso nacional de salário para policiais e militares do Corpo de Bombeiros. Quando definitivamente aprovado, o valor desse piso será fixado por lei e deverá entrar em vigor num prazo máximo de um ano após a promulgação da emenda.

— Nós estamos com a pauta trancada em razão de uma medida provisória que está em votação. Mas, logo que a pauta for aberta, há uma prioridade já estabelecida entre as lideranças de darmos preferência a todos os processos relativos à segurança pública — informou o senador.

Advogado-geral da União visita a Casa

José Sarney recebeu na manhã de ontem o novo advogado-geral da União, Luís Inácio Lucena Adams, que disse ter vindo estreitar o diálogo daquela instituição com o Legislativo. Adams afirmou que, no seu cargo, exerce também a representação judicial do Senado Federal e da Câmara, cabendo-lhe defender o Legislativo nas eventuais ações ajuizadas contra esse poder.

— O objetivo dessa visita foi o de apresentar-me e reafirmar esses laços institucionais, em razão do papel que compete à AGU na defesa judicial dos atos do Senado.

Adams assumiu o cargo em 23 de outubro e, nessa visita, ressaltou a importância do Parlamento para o fortalecimento da democracia.

Indagado pelos jornalistas sobre a rigidez com que o Tri-



Adams (E), que se encontrou com Sarney, disse que a AGU defende o Legislativo

bunal de Contas da União tem fiscalizado as obras do governo federal, o advogado-geral da União observou que não existe gestão pública sem controle, mas defendeu a busca do entendimento como o melhor caminho para dirimir dúvidas no âmbito do gasto do dinheiro do

contribuinte.

— A Advocacia-Geral da União tem um papel específico nesse processo todo, mas a gente busca estabelecer soluções pelo diálogo. A preocupação quanto à melhor aplicação de recursos públicos é de todos os órgãos da administração — disse ele.

Proposta vai consolidar sugestões à reforma

Questionado pela imprensa sobre a reforma administrativa da Casa, José Sarney afirmou na manhã de ontem que, encerrado o prazo de 15 dias para a apresentação de sugestões pelos senadores, vai mandar consolidar as ideias oferecidas.

O senador disse que, logo após a redação de uma proposta consolidada, marcará sessão plenária para sua votação. A reforma é uma promessa do presidente do Senado desde sua posse, em fevereiro, quando ele chamou a Fundação Getúlio Vargas para elaborar um projeto destinado a reduzir em 40% a estrutura administrativa da Casa.

Zoghbi

Foi publicado no Boletim Eletrônico de Pessoal (BAP) ato do presidente do Senado demitindo o servidor João Carlos Zoghbi. A decisão foi tomada no dia 29, em reunião da Mesa do Senado.

Zoghbi foi acusado de abrir empresas fantasmas para intermediar empréstimos consignados a servidores do Senado. Além de responder a três inquéritos administrativos no Senado — relacionados aos empréstimos, aos atos não publicados e ao uso indevido de um apartamento funcional por seu filho —, Zoghbi é também investigado pela Polícia Federal.

Criado diploma para destaques na indústria

O Senado agraciará, com o Diploma José Ermírio de Moraes, personalidades de destaque no setor industrial que tenham oferecido contribuição relevante à economia nacional, ao desenvolvimento sustentável e ao progresso do país. A premiação está prevista em resolução aprovada no último dia 28 publicada ontem no Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal do Senado.

Conforme a resolução, poderão ser indicados ao diploma empresas ou empresários do setor que se destacaram na promoção do crescimento econômico por meio da geração de emprego e renda e na contribuição com os programas de responsabilidade e valorização ambiental, cultural, social e econômica do país.

O diploma será entregue anualmente aos três empresários que mais se destacaram no setor, em sessão especial do Senado a ser realizada na semana do Dia Nacional da Indústria, comemorado em 25 de maio. A indicação dos candidatos ao diploma poderá ser feita por qualquer senador e deverá ser encaminhada à Mesa, com uma justificativa que aponte os méritos do indicado, até o dia 25 de fevereiro do ano em que ocorrer a premiação.



Renan afirma que baixa remuneração obriga policial a vender dia de folga

Renan: acordo deve acelerar benefício para os policiais

Renan Calheiros (PMDB-AL) anunciou em Plenário que vai propor um acordo aos líderes partidários e ao presidente do Senado, José Sarney, para acelerar a votação da proposta de emenda constitucional que estabelece piso salarial nacional para policiais e bombeiros militares. A proposta (PEC 41/08), de autoria de Renan, foi aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e encaminhada ao Plenário.

O senador lembrou que, artes da votação pelo Plenário, uma emenda constitucional precisa ser discutida por vários dias seguidos, em dois turnos, mas, disse, um acordo pode reduzir os prazos. Depois, o projeto ainda será votado pelos deputados.

Renan sustentou que a insegurança diminuirá no Brasil não apenas com aparelhamento das polícias, mas especialmente com melhores salários. Afirmou que os policiais costumam trabalhar um dia e folgar dois, mas, devido aos baixos salários, "eles se obrigam a vender o dia de folga por 15, 20 ou 30 reais" para completar sua renda familiar.

— A remuneração inadequada para os servidores policiais é um fator que potencializa o aumento da criminalidade, o abandono da carreira, a dedicação a outras atividades distintas da segurança pública e o constante assédio dos criminosos, que acenam com vantagens financeiras — afirmou.

Para viabilizar o piso, a União ajudará os estados, utilizando para isso recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas), informou o senador. Afirmou ainda que a ideia foi bem recebida pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, e pelo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

Em apartes, vários senadores apoiaram o projeto e cumprimentaram Renan pela iniciativa. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que o piso evitará que os policiais façam "bicos" para sobreviver, enquanto Paulo Paim (PT-RS) afirmou ter recebido mensagens eletrônicas de policiais do Rio Grande do Sul enaltecendo o projeto. Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Mão Santa (PMDB-PI) e Cristovam Buarque (PDT-DF) também manifestaram disposição de aprovar rapidamente a proposta.

Senador do Pará aponta como covarde e terrorista ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em seu estado. Suplicy defende movimento

Flexa Ribeiro relata novas invasões de fazendas pelo MST

O SENADOR FLEXA Ribeiro (PSDB-PA) voltou a acusar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de promover novas invasões de fazendas no sul do Pará, "usando de violência contra empregados e suas famílias, depredando casas, incendiando tratores, currais e sementes". Em discurso feito na quarta-feira, ele mostrou fotos em Plenário que comprovariam a violência usada nas invasões das fazendas Maria Bonita, Agro Santa Bárbara e Rio Vermelho, na região de Eldorado dos Carajás.

– As invasões ocorrem com violência, e os governos do Pará e federal não tomam nenhuma providência. O MST depreda e a sociedade paga. O MST se firma como uma excrescência covarde, absurda, criminoso, terrorista e assassina, ameaçando o Estado democrático de direito – reclamou.

Em aparte, José Nery (PSOL-PA) argumentou que a situação no campo é resultado de 500 anos de concentração da propriedade da terra e da ausência do governo para tratar de forma correta e justa a questão fundiária no Brasil. Em acalorada discussão, Flexa Ribeiro apontou Nery como defensor dos atos de violência, ao que este retrucou dizendo que uma das fazendas invadidas teria sido comprada com dinheiro de corrupção pelo banqueiro Daniel Dantas.

Logo a seguir, outra discussão em tom ríspido entre Flexa Ribeiro e Eduardo Suplicy (PT-SP), que teve um pedido de aparte negado, fez com que o presidente dos trabalhos, Mão Santa (PSC-PI), intervisse para acalmar os ânimos.

Para Flexa Ribeiro, MST ameaça Estado democrático de direito

Violência no campo não deve ser atribuída ao MST, diz Suplicy

EDUARDO SUPLICY (PT-SP) afirmou que a violência que ultimamente vem sendo atribuída ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não deve ser imputada aos integrantes da organização. A declaração foi feita na quarta-feira após discurso de Flexa Ribeiro sobre o assunto.

Suplicy pediu aos senadores da oposição que vêm fazendo acusações aos sem terra que "tomem as devidas precauções". Ele lembrou que em breve a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizará audiência pública com o MST e manifestou a sua confiança na possibilidade de "um diálogo respeitoso entre os integrantes do movimento e os demais senadores", como forma de esclarecer as denúncias de violência que vêm sendo atribuídas aos trabalhadores rurais sem terra.

A audiência, anunciou Suplicy, deverá contar com a presença de um dos ex-coordenadores da organização, João Pedro Stédile, e do ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.

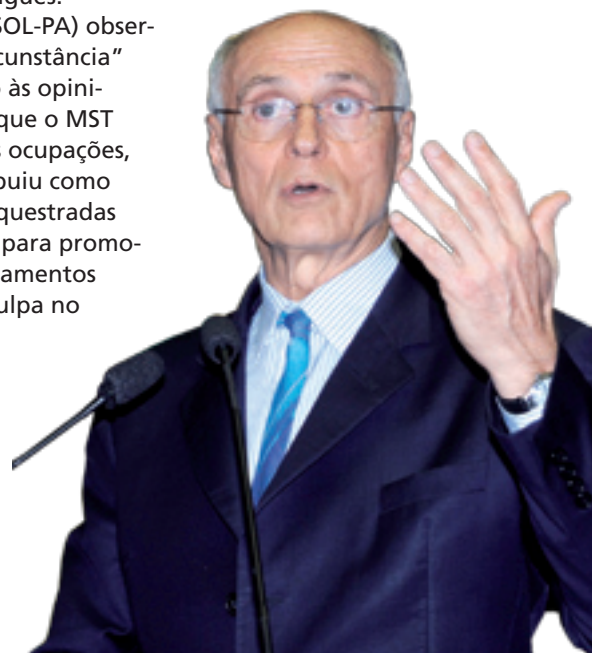
Em aparte, José Nery (PSOL-PA) observou que "em qualquer circunstância" deve prevalecer o respeito às opiniões divergentes. Ele disse que o MST reconhece a existência das ocupações, mas denunciou o que atribuiu como armações que têm sido orquestradas pelos fazendeiros do Pará para promover a destruição dos equipamentos das fazendas e colocar a culpa no movimento.

Suplicy pede diálogo respeitoso entre integrantes do movimento e oposição

Foto de Moreira Matiz



Foto de Moreira Matiz



Roberto Cavalcanti questiona liberação de arroz transgênico

A possível liberação da produção e da comercialização de arroz transgênico no Brasil foi criticada ontem por Roberto Cavalcanti (PRB-PB). O assunto, disse ele, está em análise na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio), e vem sendo questionado por instituições ambientalistas como o Greenpeace, a Embrapa e por associações de agricultores do Rio Grande do Sul.

– Ao liberarmos a comercialização dessa variedade, estaremos fazendo do Brasil uma espécie de cobaia – advertiu.

O senador ainda manifestou preocupação com a ameaça representada pela variedade transgênica do arroz vermelho, utilizada na Paraíba como base da culinária da região. Ele advertiu que as exigências da União Europeia sobre a qualidade dos produtos brasileiros têm sido cada vez mais rigorosas.

– Se a variedade transgênica do arroz não é liberada na Europa, não seria difícil deduzir que encontraríamos sérias dificuldades para colocar nosso produto naquele mercado – concluiu.

Cafeteira defende projeto sobre atividade médica

Epitácio Cafeteira (PTB-MA) manifestou em Plenário preocupação com modificações feitas pela Câmara no projeto de lei (PLS 268/02) que disciplina o exercício da Medicina, definindo áreas de atuação, atividades e cargos privativos de médicos.

Mesmo reconhecendo o mérito da proposição, o senador considerou inadequada a atribuição exclusiva a médicos, contida em dispositivo do texto, da tarefa de formulação dos diagnósticos das doenças e respectiva prescrição terapêutica, o que desconsideraria, segundo ele, importantes contribuições à Medicina de profissões como Fisioterapia, Farmácia, Enfermagem, Psicologia, Biologia, Terapia Educacional, entre outras.

– o dispositivo pode representar interferências indevidas em outras profissões da área da saúde igualmente importantes – argumentou.

Em aparte, Tião Viana (PT-AC) manifestou seu apoio ao pronunciamento de Epitácio Cafeteira.

Mudanças não consideram contribuição de outras áreas, diz Cafeteira

Mesquita Jr. destaca ações da prefeitura de Cruzeiro do Sul

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) citou matéria publicada pelo blog AC 24 Horas que enumera as ações do prefeito de Cruzeiro do Sul (AC), Vagner Sales, que já beneficiaram mais de 300 produtores rurais da região. O senador disse que os pequenos produtores rurais do município estavam desamparados, mas que o trabalho da prefeitura tem beneficiado diversas comunidades da região.

O senador disse que a prefeitura já estuda a aquisição de novas máquinas e equipamentos agrícolas para a implementação de outros projetos.

Informou também que Vagner Sales já solicitou ao secretário de Agricultura, Erni Dombrowski, o encaminhamento de projetos à bancada federal acreana para que possam ser alocados recursos no Orçamento de 2010 com vistas a sua implementação.

Mesquita Júnior lamentou ainda o falecimento de Seu Cavalcanti, que foi o responsável pela arborização das praças e de diversas áreas da capital acreana, Rio Branco.

Segundo Mesquita Jr., trabalho do prefeito beneficiou mais de 300 produtores

Heráclito acusa governador de "inchar máquina"

Heráclito Fortes (DEM-PI) voltou a criticar a gestão do governador do Piauí, Wellington Dias (PT). O senador leu artigo de Zózimo Tavares, intitulado "O que faz o governador para ser tão popular", em que o jornalista aponta o "inchaço" da máquina administrativa "para acomodar os companheiros petistas e aliados".

– Segundo pesquisas encomendadas e divulgadas pelo governo, 80% dos piauienses aprovam a sua administração. É uma aprovação altíssima para quem faz tão pouco. Os piauienses elegeram 30 deputados, mas já temos quase 40 na Assembleia. Nunca um governador prestigiou tanto os políticos. Ele é uma verdadeira mãe para os companheiros e aliados – leu Heráclito.

O senador disse que entre Teresina e Luiz Corrêa um *outdoor* anuncia a construção do porto de Luiz Corrêa como "Um sonho que vira realidade". Ele classificou o anúncio como "um deboche, um acinte, um desrespeito" com o povo cidade.

Heráclito afirma que Wellington Dias "é uma verdadeira mãe para os aliados"

Jonas Pereira

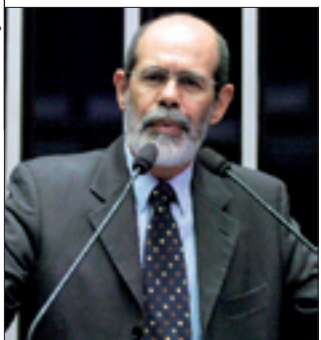


Cavalcanti: uso do produto pode fazer do consumidor uma cobaia

Gerardo Maggela



Gerardo Maggela



Gerardo Maggela



Couto cobra votação que beneficia aposentados



Mário Couto

Mário Couto (PSDB-PA) criticou o governo federal por impedir a inclusão na pauta de votações de quarta-feira passada do Plenário da Câmara do projeto (PL 01/07) que vincula os reajustes dos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aos do salário mínimo.

No mesmo discurso, Mário Couto parabenizou o ministro da Pesca, Altemir Gregolin, por ter tomado providências em relação a denúncia que havia feito da tribuna do Plenário de que quadrilhas estavam fraudando o pagamento do seguro-defeso, concedido a pescadores no período da piracema no estado do Pará, que era recebido por não pescadores.

Paim: reajuste não vai "quebrar" a Previdência



Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) rebateu ontem argumentos que vêm sendo usados pela imprensa para justificar posições contrárias à equivalência entre o reajuste de benefícios da Previdência Social e o do salário mínimo.

– Estão mentindo de forma descarada para a opinião pública quando dizem que um reajuste miserável de 5% para os aposentados e pensionistas vai quebrar a Previdência – disse o senador, lamentando que a Câmara não tenha votado na quarta-feira a proposta de reajuste das aposentadorias.

Paim frisou ter lido em um único jornal números discrepantes sobre o impacto da medida, variando de R\$ 5 bilhões a R\$ 25 bilhões.

Azeredo afirma que ministro do STF cita prova falsa contra ele

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) voltou a negar as acusações de envolvimento com o chamado mensalão mineiro – esquema ilegal de financiamento de campanha que teria existido durante sua tentativa de reeleição ao governo de Minas Gerais, em 1998. Além de afirmar que não autorizou os patrocínios mencionados no inquérito em análise no Supremo Tribunal Federal (STF), o senador disse que o relator do inquérito, ministro Joaquim Barbosa, cita um recibo que seria falso.

– Nunca assinei esse recibo. Acho grave que um documento falso tenha sido incluído nas peças de acusação – declarou ele, ressaltando que o recibo não havia sido mencionado na ação da Procuradoria-Geral da República.

Uma cópia desse recibo foi distribuída pela assessoria do senador. De acordo com o documento, as empresas de publicidade SMP&B e DNA teriam entregue a Azeredo, então governador, um total de R\$

4,5 milhões. Marcos Valério, um dos principais acusados de envolvimento com o escândalo do mensalão, era sócio das duas empresas.

O senador afirmou que o responsável pela falsificação seria Nilton Antônio Monteiro. E ressaltou que solicitou, em janeiro de 2007, uma investigação da polícia mineira para apurar a denúncia.

Quanto aos patrocínios mencionados no inquérito, Azeredo disse que não autorizou nenhum deles e que “não há documento algum que prove o contrário”. O senador comentou ainda as ligações telefônicas que teriam ocorrido entre ele e Marcos Valério.

– Foram registradas 58 ligações dele [Marcos Valério] para mim. Mas omitiu-se que isso ocorreu num período de cinco anos após a eleição de 1998 – argumentou ele, acrescentando que, “desse total, cerca de 30 chamadas foram completadas e apenas duas tiveram o retorno de minha parte”.

Senadores da CRE prestam solidariedade a Azeredo

Todos os senadores presentes à reunião de ontem da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) prestaram solidariedade ao presidente da comissão, Eduardo Azeredo, acusado de envolvimento no chamado mensalão mineiro. As palavras de solidariedade foram motivadas pela publicação de notícia segundo a qual o ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, acolheu parcialmente denúncia contra o senador.

Foi o próprio Azeredo quem provocou o assunto. Ele agradeceu a confiança dos senadores que o elegeram para o cargo e pediu-lhes que ficassem tranquilos em relação às denúncias, uma vez que, como afirmou, sempre atuou “com lisura” à frente do governo de Minas Gerais.

– Não poderia me calar nesse momento. Minha vida pública sempre foi pautada pela correção – disse.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que todos os governadores estão sujeitos a processos “movidos muitas vezes pelo ódio”.

Por sua vez, Paulo Duque (PMDB-RJ) pediu a Azeredo que conte com todos os senadores da comissão, que, como observou, confiam no seu comportamen-

to. Cristovam Buarque (PDT-DF) disse esperar que o Supremo Tribunal Federal seja capaz de perceber que Azeredo é um “homem de bem”.

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a decisão de Azeredo de conversar abertamente com os colegas sobre o tema e apoiou a sua conduta à frente da comissão, mesmo em momentos tensos como o do debate sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul.

– Os seus valores éticos também são os meus – afirmou Suplicy.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) apresentou um “voto de confiança” em Azeredo, enquanto Heráclito Fortes (DEM-PI) recorreu a uma antiga observação do então deputado Ulysses Guimarães, segundo a qual “o raio de ação de uma calúnia é dez vezes maior do que o de um desmentido”.

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) lembrou que todos estão expostos aos inquéritos, mas ressaltou a sua certeza de que se comprovará a falsidade das acusações. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentou ao presidente da comissão a solidariedade “não apenas do PSDB, mas de todos os senadores que o conhecem”.

Acir Gurgacz assume no lugar de Expedito Júnior

Posse do novo senador de Rondônia foi acompanhada pelo ministro do Trabalho e presidente licenciado do PDT, Carlos Lupi, e pelo ex-ministro do STF Maurício Corrêa

ACIR MARCOS GURGACZ (PDT) assumiu ontem o mandato de senador por Rondônia em lugar de Expedito Júnior (PSDB), cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder econômico e compra de votos.

O presidente do Senado, José Sarney, deu posse ao novo senador. A solenidade foi acompanhada pelo 1º secretário da Mesa, Heráclito Fortes (DEM-PI), pelo ministro do Trabalho e Emprego e presidente licenciado do PDT, Carlos Lupi, e pelo ex-senador e ex-ministro do STF Maurício Corrêa.

– Agradeço a todos pelo apoio e carinho nesse longo período de dois anos e sete meses – disse Acir Gurgacz em seu primeiro discurso à tribuna, referindo-se ao período em que aguardou a decisão da Justiça Eleitoral.

Gurgacz lembrou os mais de 210 mil rondonienses que lhe deram o voto nas eleições de 2006 e pediu apoio dos colegas



Gurgacz lembrou os mais de 210 mil rondonienses que votaram nele em 2006

na discussão dos temas prioritários para Rondônia.

Desgaste

O presidente do Senado reconheceu que foi um desgaste para a instituição o adiamento do cumprimento da decisão do STF concernente à cassação. Sarney disse que quarta-feira pedira ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Demostenes Torres (DEM-GO), pressa na

decisão.

– Acho que o Senado se submeteu a uma exposição sem necessidade. O que aconteceu, neste caso, foi justamente o que eu estava prevendo.

Sarney referia-se às críticas do STF, do Superior Tribunal de Justiça, da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação dos Magistrados Brasileiros, que criticaram a decisão da Mesa do Senado de submeter antes à CCJ a cassação de Expedito Júnior.

Demostenes não aceitou pedido para rever decisão

Demostenes Torres (DEM-GO), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), não aceitou o requerimento do senador Expedito Júnior (PSDB-RO) para que fosse adiada a posse de seu suplente e, nesse prazo, pudesse defender seu mandato. Antes que Demostenes devolvesse o requerimento à Mesa do Senado, Expedito resolveu retirá-lo da CCJ.

O parlamentar perdeu o mandato em virtude da cassação do registro de sua candidatura ao Senado, em 2006, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sentença confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo o entendimento do TSE, Expedito comprou votos e abusou de poder econômico para se eleger.

– Ele queria transformar a Comissão de Justiça em tribunal, para que ela pudesse rever a decisão do Supremo. A CCJ não é tribunal e não pode revogar nenhuma decisão judicial. Não temos competência legal, regimental e nem constitucional para isso – afirmou Demostenes, em entrevista.

O presidente da CCJ admitiu que o caso provocou desgaste à imagem do Senado, situação “absolutamente desnecessária”. Ele informou ter recebido telefonema do presidente da Casa, José Sarney, o qual lhe disse que “se sentiria confortável” se Demostenes acelerasse o exame do requerimento de Expedito.

– O Senado tem que aprender que decisão judicial é para ser cumprida. Se existem senadores descontentes com o ativismo judicial, que eles mudem as leis – disse Demostenes.



José Sarney (E) encontrou-se ontem com Gilmar Mendes

Sarney comunica posse ao presidente do Supremo

O presidente do Senado, José Sarney, esteve no Supremo Tribunal Federal (STF) na tarde de ontem para comunicar ao presidente daquela corte, Gilmar Mendes, a posse de Acir Gurgacz como senador de Rondônia, na vaga de Expedito Júnior. Foi uma visita de cortesia.

De acordo com a assessoria de imprensa do presidente do Senado, o objetivo da visita foi demonstrar respeito pela corte máxima do país.

Na última semana, após deliberação do STF, Gilmar Mendes enviou ao Senado ofício em que determinava que fosse dada posse imediata ao segundo colocado na eleição de 2006. Expedito teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

– Desde o princípio, minha posição foi a de que decisão do Supremo é para ser cumprida. A harmonia entre os Poderes jamais pode ser quebrada – disse Sarney, ao sair do encontro.



Exportações brasileiras para o vizinho seriam prejudicadas, afirma Dornelles

Dornelles votará a favor da Venezuela no Mercosul

Francisco Dornelles (PP-RJ) anunciou em Plenário ontem que votará favoravelmente ao ingresso da Venezuela no Mercosul. Ele explicou que todo o superávit comercial do Brasil com aquele país ficará ameaçado caso seu ingresso ao bloco seja vetado, já que, sem tarifas preferenciais, as exportações brasileiras terão um preço bem maior na Venezuela.

O senador explicou que a Venezuela, com a pretensão de entrar no Mercosul, abandonou a Comunidade Andina das Nações. Mas as exportações brasileiras continuam beneficiadas pelas tarifas decorrentes do acordo comercial entre o Mercosul e aquele bloco de países. Essas preferências tributárias acabariam já em 2011.

– Os produtos brasileiros, que estariam isentos de tarifas, caso se realize a integração, serão majorados em percentuais que muito provavelmente vão inviabilizar as exportações de alguns deles – afirmou o senador, exemplificando que as alíquotas sobre os automóveis subirão de 23% para 35%; as de pneus de caminhões, de 0% para 15%; e a incidente sobre a carne bovina, de 4% para 10%, com “impactos perversos” sobre a economia brasileira.

Dornelles informou que a Venezuela é o sexto país mais populoso da América Latina e que seu produto interno bruto (PIB) fica atrás somente dos de Brasil, México e Argentina. Com a adesão da Venezuela, o PIB do Mercosul será aumentado em 8%, com uma elevação de 11% do mercado potencial.

O parlamentar enfatizou que o volume de nossas exportações para aquele país aumentou 855% na última década, fazendo com que o superávit comercial tenha alcançado quase US\$ 5 bilhões em 2008.

Para Dornelles, “o ingresso da Venezuela levará esse país a assumir compromisso com os princípios de um Estado democrático, premissa do Mercosul”.

Comissão de Relações Exteriores aprovou indicações de embaixadores para dois países caribenhos: São Cristóvão e Névis, onde Brasil instala embaixada, e Trinidad e Tobago



Miguel Magalhães (E), senadores Roberto Cavalcanti e Eduardo Azeredo e Haroldo Valladão durante sabatina na CRE

Diplomatas defendem maior presença brasileira no Caribe

O FORTALECIMENTO DA presença brasileira no Caribe foi defendido pelos futuros embaixadores junto a São Cristóvão e Névis e Trinidad e Tobago, respectivamente Miguel Júnior França Chaves de Magalhães e Haroldo Teixeira Valladão Filho, cujas indicações receberam ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). As mensagens serão ainda submetidas ao Plenário.

Indicado para ser o primeiro embaixador brasileiro junto à Federação de São Cristóvão e Névis, o ministro de segunda classe Miguel Magalhães lembrou que, entre os chamados Bric – Brasil, Rússia, Índia e China –, o Brasil é o único país que não conta com poderosas Forças Armadas. A atuação do país, portanto, deveria ser baseada, a seu ver, no chamado *soft power*, ou poder de influência por meios pacíficos. E, para isso, o Brasil precisaria inicialmente marcar presença com a abertura de novas embaixadas.

– Este conceito que temos

de uma potência pacífica é importante para nós e para a América Latina. E uma nova embaixada pode ser vista como um porta-aviões, a partir de onde podem ser desenvolvidas várias iniciativas – disse, em resposta a pergunta do senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) sobre a abertura da embaixada.

São Cristóvão

Em São Cristóvão e Névis, arquipélago de apenas 40 mil habitantes, a economia tem como principais destaques o turismo e a construção civil. A cana-de-açúcar já foi o principal produto e agora responde por apenas 20% de seu produto interno bruto (PIB). Dirigida agora menos para o açúcar e mais para a produção de etanol, o cultivo de cana poderá ajudar a reduzir o risco de aumento da produção de drogas como a maconha, afirmou Magalhães ao responder a uma indagação de Cristovam Buarque (PDT-DF) a respeito do risco do aumento do tráfico de drogas na região.

A mensagem de indicação do

ministro de segunda classe Haroldo Valladão para o cargo de embaixador em Trinidad e Tobago teve como relator o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da comissão, que elogiou o trabalho de Valladão à frente da embaixada brasileira na Croácia, onde atualmente atua.

O embaixador ressaltou o grande potencial de Trinidad e Tobago para a produção de petróleo e gás, que tem atraído o interesse de empresas brasileiras. Mencionou ainda a possibilidade de a Vale instalar naquele país uma usina siderúrgica.

Ao final da reunião, a comissão acolheu parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo 656/09, que aprova acordo básico de cooperação técnica entre o Brasil e Burkina Faso. O relator do projeto foi o senador Paulo Duque (PMDB-RJ). Ao apresentar seu voto favorável, o senador pediu que o Ministério das Relações Exteriores apresente com frequência os resultados de acordos de cooperação aprovados pelo Senado.

Suplicy lembra 20 anos sem o Muro de Berlim

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou ontem em Plenário a comemoração pelo aniversário de 20 anos da queda do Muro de Berlim. O senador defendeu a necessidade de eliminação dos muros fronteiriços ainda existentes, bem como uma maior integração entre os países em âmbito mundial, especialmente com relação ao continente americano.

– Nós precisamos celeremente avançar no sentido de que, do Alasca à Patagônia, possa haver a livre circulação de capitais e de bens e serviços, mas, sobretudo, do que é mais importante, das pessoas – disse.

Relembrando discurso do então candidato a presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, em 24 de julho de 2008, na capital alemã, por ocasião

do aniversário dos 60 anos da construção do Muro de Berlim – quando Obama disse considerar não mais admissível a existência de muros separando povos –, Suplicy solicitou a contribuição do líder americano para acabar com o muro que separa os EUA do México e da América Latina.

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) parabenizou Suplicy pelo pronunciamento.



Senador diz que é cedo para celebrar recuperação da atividade econômica

João Tenório alerta para dificuldades dos exportadores

João Tenório (PSDB-AL) afirmou ontem em Plenário que o cenário positivo na economia não deve ser motivo de otimismo exagerado nem desviar a atenção do país das dificuldades enfrentadas pelo setor de exportação.

Segundo o senador, grande parte das vendas externas brasileiras está passando por um ciclo de dificuldades – iniciado antes mesmo do estouro da crise financeira internacional, no segundo semestre de 2008 –, o qual vai além dos problemas verificados nas empresas que se dedicam ao mercado interno.

– Parte expressiva das exportações brasileiras enfrentava dificuldades de preço e câmbio antes da crise, e mesmo a valorização do dólar após a quebra do [banco] Lehman Brothers ficou longe de ser suficiente para atenuar os problemas – afirmou.

O senador destacou ainda a “tremenda redução” de crédito experimentada em todo o mundo após o colapso do sistema financeiro internacional, que se somou às dificuldades de mercado para os exportadores nacionais, acarretando um enorme constrangimento às cadeias produtivas de bens destinados à exportação com necessidade de grande volume de capital de giro.

João Tenório enfatizou a valorização do real frente ao dólar, de 25% este ano, e frisou que, pela primeira vez em dez anos, as exportações brasileiras já são decrescentes, na comparação com os 12 meses imediatamente anteriores. Ele também ressaltou projeção do próprio Banco Central segundo a qual a corrente do comércio internacional deverá registrar retração em 2009.

O senador avaliou que é muito cedo para apostar na recuperação da demanda internacional e que é sempre recorrente a discussão sobre o fator cambial, que reduz a competitividade dos produtos brasileiros no comércio internacional.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Paulo Paim • César Borges • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Proposta fortalece o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, com poder de autorizar negócios de fusões e aquisições acima de R\$ 150 milhões

Comissão de Infraestrutura aprova novo sistema de defesa da concorrência

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem proposta que reorganiza o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). O texto, já votado na Câmara, havia sido aprovado também na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com emendas. O próximo passo é a votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto (PLC 6/09) tem quatro objetivos principais. O primeiro é a reestruturação institucional do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, composto pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico, ligada ao Ministério da Fazenda, cabendo ao Cade avaliar os atos de concentração econômica (fusões e incorporações de empresas).

Os outros objetivos são a ampliação dos quadros técnicos e a criação de incentivos à permanência dos melhores profissionais, a instituição da análise prévia de atos de concentração, com prazos fixos e

céleres para a decisão final e, por último, o aprimoramento e a racionalização dos procedimentos administrativos, para que se tornem mais ágeis, de acordo com o relator, Wellington Salgado (PMDB-MG).

Entre as principais alterações promovidas por ocasião da votação na CCT, está a de que o procurador-chefe e o economista-chefe do Cade serão nomeados pelo presidente da República depois de aprovados pelo Senado. Os indicados deverão apresentar notório saber jurídico e reputação ilibada. A proposta original, do deputado Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE), só determinava que eles seriam nomeados dentre brasileiros com ilibada reputação e notório saber jurídico.

Também ficou definido que serão submetidos ao Cade os atos de concentração em que pelo menos um dos grupos envolvidos tenha registrado no ano anterior faturamento bruto

anual ou volume de negócios no país equivalente ou superior a R\$ 150 milhões. Pelo projeto encaminhado ao Senado, o valor mínimo seria R\$ 400 milhões.

Em seu parecer favorável, o relator afirma que a proposta foi fruto de negociação entre o próprio Cade e as agências reguladoras, especialmente a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), englobando ainda sugestões de entidades não governamentais, como o Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (Ibrac).

Na CI, o relatório foi lido pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que enfatizou a necessidade de dar mais agilidade ao sistema de defesa da concorrência. Segundo ele, a proposta aumenta a capacidade do sistema de promover a livre concorrência, aperfeiçoando os mecanismos para reprimir os abusos e desvios.

Indicações de procurador-chefe e economista-chefe do Cade deverão ser submetidas ao Senado

Projeto determina fiscalização anual em distribuidoras de combustíveis

AS EMPRESAS DE distribuição de combustíveis deverão passar por fiscalização anual, de acordo com proposta aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Caso seja verificada a venda de combustíveis adulterados, a fiscalização se estenderá a toda a rede de postos de revenda atendida pela distribuidora.

O projeto (PLS 291/09), apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foi acolhido no formato de texto alternativo do relator, Francisco Dornelles (PP-RJ). Na principal mudança feita pelo senador, a fiscalização anual será feita apenas nas distribuidoras e não nas revendas ao consumidor, como está previsto no texto original. Dornelles argumenta que a fiscalização de combus-

tíveis é de responsabilidade da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que não dispõe de pessoal suficiente para fiscalizar os 37 mil postos de combustíveis do país, mesmo considerando a possibilidade de convênios com estados e municípios.

Ele informa também que o número de distribuidoras de combustíveis é muito menor que o de postos e, como a adulteração dos combustíveis se dá, principalmente, antes de o produto chegar às bombas, a fiscalização proposta deverá contribuir para diminuir os casos de fraude.

A matéria será agora enviada para análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).



Valverde (E), Penna, senador Eliseu Resende e Carvalho debatem marcos regulatórios para o setor de mineração na CI. Delcídio (à direita, em conversa com Francisco Dornelles) quer agência reguladora

Mineração apresenta perspectiva de crescimento

A recuperação da economia mundial e o aumento da demanda nacional são fatores que indicam perspectivas de crescimento para o setor de mineração, segundo especialistas que participaram ontem de debate na CI. Os convidados sugeriram medidas para incentivar o consumo de cimento por meio de políticas habitacionais e fomentar a produção nacional de fertilizantes.

De acordo com o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, Paulo Camillo Vargas Penna, o setor poderá retomar, a partir de 2011, o volume de exportações de minérios verificado antes da crise econômica. Segundo explicou, a perspectiva de crescimento da economia da China, de mais de 9%, é promissora para o Brasil, uma vez que os chineses são os maiores compradores da produção brasileira e atores importantes no cenário mundial da mineração.

Ele apontou ainda a necessidade de que se adote uma política para incrementar a

produção de fertilizantes. Segundo informou, o país importa volume significativo de seus componentes, sendo mais de 90% de potássio, 75% de nitrogênio e 51% de fósforo. Além disso, esses produtos têm elevada carga tributária, disse ele.

Cimento

O vice-presidente-executivo do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento, José Otávio Carvalho, defendeu a implantação de política para incentivar a demanda do produto, essencial para contribuir com a redução do déficit habitacional, calculado em mais de 6 milhões de moradias. Embora haja a expectativa de que o Brasil passe a ser, a partir deste ano, o quarto consumidor mundial de cimento, o consumo *per capita* é baixo em relação a outros países, segundo informou. Ele ressaltou, entretanto, que o Brasil foi um dos poucos países que registraram elevação do consumo do produto nos últimos meses.

Carvalho também reforçou a necessidade de melhoria da infraestrutura de transporte. O setor, como explicou, é altamente dependente de logística. Além disso, disse ele, trata-se de um dos setores que mais consomem energia elétrica e petróleo.

Já o diretor-executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil, Fernando Mendes Valverde, afirmou haver no país uma enorme demanda reprimida de areia e pedra britada para atender às obras de infraestrutura e de habitação, nas quais esses produtos são fundamentais. Ele informou serem positivas as perspectivas de crescimento do consumo até 2015, estimadas em 27%.

Valverde apontou a necessidade de planejamento para a atividade no país. Segundo explicou, todas as "pedreiras" estão situadas nas periferias das cidades e sofrem estrangulamento em razão da acelerada urbanização.

Delcídio sugere criação de agência para setor mineral

O setor de mineração brasileiro precisa ser acompanhado por uma agência reguladora. A sugestão foi feita pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS) durante debate ontem, na CI, que enfocou os marcos legais do setor. O parlamentar salientou que a mineração desempenha importante papel nas exportações brasileiras e movimenta bilhões de reais, o que requer, segundo ele, a atuação de uma agência que regule o mercado, bem como dê agilidade aos procedimentos de licenciamento das lavras.

O senador propôs que a comissão promova debate sobre o assunto, que deve incluir ainda, de acordo com ele, a discussão do papel do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) diante dos desafios que se apresentam ao país no que diz respeito ao setor. Delcídio também ressaltou que, além de o Brasil ser grande importador

de potássio, elemento para a fabricação de fertilizantes do solo, também possui uma alta carga tributária nessa área.

A pesquisa e a exploração de potássio foram defendidas pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Ele informou que o Brasil é um dos maiores importadores do mineral e que o governo deveria se preocupar com medidas que contribuam para reduzir a importação. Flexa Ribeiro, que é presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), também sugeriu discutir em audiência conjunta com a CI a questão dos *royalties* em relação ao setor de mineração.

Gilberto Goellner (DEM-MT) cobrou a finalização de estudo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o Plano Nacional de Fertilizantes sobre a localização de jazidas de potássio, prometido para o final de junho deste ano.

Jarbas Vasconcelos assume relatoria-geral de colegiado, que debaterá, entre outros temas, o orçamento aplicado pelos estados e municípios em segurança pública

Subcomissão de Segurança define seu plano de trabalho

JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) assumiu o cargo de relator-geral da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, que funciona no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e foi reativada na semana passada, por requerimento de César Borges (PR-BA). Indicado para o posto pelo presidente da subcomissão, Tasso Jereissati (PSDB-CE), Jarbas abriu mão da vice-presidência. Nessa função, ficará agora César Borges, eleito ontem, na mesma reunião que aprovou o plano de trabalho da subcomissão.

Proposto por Jereissati, o plano indica como primeiro tema para exame o Sistema Nacional de Segurança Pública. Estão listadas ainda as seguintes temáticas: o tráfico de drogas (com ênfase na disseminação do uso do crack); a estrutura e as condições do sistema penitenciário; o tráfico de armas e seu controle nas fronteiras; o acompanhamento da execução das ações orçamentárias voltadas à segurança pública; e o crime organizado.

– Vamos trabalhar com a máxima objetividade, mas sem perder a profundidade necessária aos assuntos que serão tratados – salientou Jereissati.

Com nove membros titulares e igual número de suplentes, a subcomissão examinará medidas que possam contribuir para o combate à criminalidade, formulando e votando proposições legislativas com essa finalidade. O objetivo é também abrir um canal de comunicação permanente com órgãos públicos e a sociedade em relação à questão da segurança pública.

Instalada pela primeira vez em 2003, a subcomissão atuou por dois anos. Nesse período, foram sugeridas propostas que já estão em vigor, como a que resultou



Jarbas e Jereissati (D): subcomissão deve avaliar o Sistema Nacional de Segurança

no Estatuto do Desarmamento e o sistema de interrogatórios de réus por videoconferência.

As reuniões vão ocorrer às quintas-feiras. Jereissati e Jarbas disseram que propostas para aperfeiçoar o Sistema Nacional de Segurança Pública devem ser anunciadas ainda este ano.

Sub-relatorias

Jarbas adiantou que serão designados sub-relatores para os temas destacados no plano. Segundo ele, será feito um levantamento de todas as proposições que abordam questões de segurança pública em tramitação na CCJ.

O relator-geral designou César Borges como sub-relator para dois temas: o acompanhamento das ações orçamentárias na área de segurança e, ainda, o tráfico de armas e o controle das fronteiras. Com relação às ações orçamentárias, Borges criticou o reduzido nível de execução dos projetos na área de segurança. O senador disse ser necessário verificar o grau de desenvolvimento das ações no Orçamento da União e também nos estados e municípios que recebem os recursos federais. Como exemplo, ele disse que a Bahia recebeu este ano R\$ 42

milhões pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), mas só aplicou R\$ 4 milhões.

Francisco Dornelles (PP-RJ) sugeriu que a subcomissão examine a conveniência de uma guarda costeira para cuidar das fronteiras marítimas. Depois de destacar que o crime organizado tem ramificações em todo o mundo, Romeu Tuma (PTB-SP) disse que a eficiência das ações depende do reforço e da ampliação dos acordos internacionais.

Ações integradas

O sistema nacional de segurança será abordado nos termos de sua organização e da estrutura de financiamento dos diversos órgãos, como a Polícia Federal, as polícias civis e militares, corpos de bombeiros, a Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional.

O diagnóstico se estenderá aos órgãos superiores, desde o Ministério da Justiça até as secretarias estaduais de segurança, para uma ação integrada de todos, incluindo a análise do papel dos municípios. O plano indica a necessidade de órgãos de corregedoria e solução rápida para casos de corrupção policial.

Assunto será tratado com seriedade, diz Borges

O plano de trabalho da Subcomissão de Segurança Pública foi anunciado em Plenário por César Borges.

Elaborado por Tasso Jereissati, o plano inclui, conforme Borges, a discussão do sistema penitenciário nacional, suas mazelas e necessidade de aperfeiçoamento, como a superlotação de delegacias com presos não condenados; a pequena quantidade de presídios de segurança máxima; a continuidade das ações do crime organizado de dentro das prisões; a necessidade de isolamento de presos de alta periculosidade; e a participação dos estados e municípios no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), entre outros temas.

Também está previsto, disse o senador, o acompanhamento do Sistema Nacional Antidrogas e a discussão a respeito de eventual descriminalização das drogas.

César Borges afirmou que o



César Borges destaca que aplicação das leis sobre segurança cabe ao Executivo

plano de trabalho apresentado por Jereissati “mostra a seriedade com que o assunto será tratado”.

O parlamentar observou, no entanto, que embora a subcomissão possa fazer a sua parte, a execução das leis cabe ao Judiciário e ao Executivo.

– Se aplicarem bem, a sociedade será beneficiada; senão as leis se transformam em letra morta – alertou Borges.

No texto do plano, Jereissati observa que a questão da segurança pública envolve múltiplos aspectos, com grande interdependência entre todos. Como exemplo, afirma que não se pode dissociar a questão do menor infrator da situação do tráfico de drogas, problema que está relacionado ao crime organizado e ao tráfico de armas. Tudo isso, como observou, leva ao questionamento sobre a segurança nas fronteiras e ao papel das Forças Armadas e de todo o sistema de segurança, sua organização, as políticas públicas para a área e seu financiamento no Orçamento da União.

O relator da subcomissão é o senador Jarbas Vasconcelos e os outros integrantes são Aloizio Mercadante (PT-SP); Renan Calheiros (PMDB-AL); Pedro Simon (PMDB-RS); Marconi Perillo (PSDB-GO); Romeu Tuma (PTB-SP) e Osmar Dias (PDT-PR).

Tião Viana elogia campanha de trânsito do governo federal

A Campanha Nacional de Trânsito, lançada pelo governo federal em 1º de novembro, foi elogiada por Tião Viana (PT-AC). Ele lembrou que o Senado votará até o próximo dia 10 a revisão do Código de Trânsito Brasileiro. O senador disse que, entre 1991 e 2000, houve 250 mil mortos em acidentes de trânsito, que deixaram 1 milhão de deficientes físicos e 3 milhões de feridos. Para a década atual, a projeção é de 400 mil mortes. Esses acidentes acarretam um prejuízo de R\$ 30 bilhões por ano, informou.

– Os recursos do seguro obrigatório na retirada de um veículo têm sido transferidos para a Campanha Nacional do Trânsito. O governo está gastando em torno de R\$ 120 milhões em campanhas educativas – afirmou.

Viana assinalou que a campanha nacional tem como objetivo enfatizar a importância de fatos como o uso do cinto segurança também no banco traseiro, a



Brasil já tem mais de 56 milhões de veículos nas ruas, resalta Tião Viana

proibição de ingerir bebida alcoólica antes de dirigir, o respeito à faixa de pedestre e a necessidade da manutenção adequada do veículo. As 15 maiores cidades brasileiras ostentam a média de um veículo para dois habitantes, “um quadro dramático”, disse Viana, lamentando que “estados e municípios não se empenhem contra os acidentes de trânsito na mesma proporção do governo federal”.

Lúcia Vânia parabeniza Judiciário por ações no Entorno do DF

Lúcia Vânia (PSDB-GO) elogiou o Poder Judiciário, em discurso quarta-feira, pelos projetos desenvolvidos em cidades do Entorno do Distrito Federal, visando à implantação de um modelo moderno de gestão dos fóruns e tribunais da região, bem como o maior acesso da população à Justiça.

A primeira iniciativa citada foi o Projeto Integrar, iniciado no Piauí e estendido em abril às cidades goianas de Formosa, Planaltina, Águas Lindas de Goiás, Novo Gama, Luziânia, Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás e Santo Antônio do Descoberto. Mediante a organização dos processos judiciais por fases, o projeto implementou novas práticas de trabalho que conferiram maior rapidez processual.

A senadora destacou ainda o Centro de Pacificação Social, criado na comarca de Uruaçú



Lúcia Vânia cita várias iniciativas para modernizar a Justiça na região

(GO). O trabalho é voltado ao incentivo da cidadania ativa, ao bem-estar coletivo, à defesa do meio ambiente e à prevenção da criminalidade.

– Somente com instrumentos adequados, a Justiça poderá atender às demandas da população. Sem Judiciário forte, não teremos Estado de direito – disse Lúcia Vânia.

Tuma pede que CPI solicite levantamento sobre pedofilia

Romeu Tuma (PTB-SP) apresentou quarta-feira em Plenário requerimento para que a CPI da Pedofilia solicite à Polícia Rodoviária Federal (PRF) cópia do mapeamento que mostra a existência de 1.819 pontos vulneráveis em estradas brasileiras para a exploração sexual de menores. O levantamento, realizado pelo órgão com a colaboração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foi noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* na terça-feira. Conforme a matéria, há um ponto de exploração sexual infantil a cada 26 quilômetros de rodovias.

– A matéria traz uma angústia profunda até para quem já teve experiência na área da segurança. É uma coisa muito triste. Como é que nós vamos combater meninas, crianças, que se vendem por R\$ 2,00, pro-



Romeu Tuma quer dados da PRF sobre prostituição infantil nas rodovias

velmente para comprar crack e outras drogas que estão levando a juventude a um processo de declínio muito grande?

Para Romeu Tuma, é fundamental que a CPI da Pedofilia tenha conhecimento detalhado sobre o mapeamento, “até mesmo para que direcione os seus trabalhos de combate à prostituição infantil”.